

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços de Realização de Estudos económico-financeiros para o Município de Vila Nova de Gaia

PARTE I – Do Contrato

Cláusula 1.ª- Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a “Aquisição de Serviços de Realização de Estudos económico-financeiros para o Município de Vila Nova de Gaia”, de acordo com as especificações técnicas definidas na Parte IV.

Cláusula 2.ª- Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A Proposta Adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a Proposta Adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª- Prazos

1. O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento entra em vigor no dia seguinte à data da sua outorga.
2. O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento tem como prazo de vigência estimado 2 anos, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o contrato extingue-se automaticamente quando forem faturados serviços no valor de € 74.500,00 (setenta e quatro mil e quinhentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se devido.

4. Findo o prazo referido em 2 e caso não tenha sido atingido o valor aí previsto, o contrato extingue-se sem que assista ao fornecedor o direito a qualquer indemnização ou compensação.

Cláusula 4ª - Preço base

1. Para efeitos do artigo 47.º do CCP, o preço base global do procedimento é de 74.500,00 € (setenta e quatro mil e quinhentos euros), valor ao qual acrescerá IVA à taxa legal em vigor, se for devido, sendo este o valor máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução das prestações que constituem objeto do contrato.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, é ainda fixado o preço base unitário de 115,00€/hora, valor ao qual acrescerá IVA à taxa legal em vigor, se for devido.
3. As propostas apresentadas serão excluídas se apresentarem valores unitários superiores aos estabelecidos no n.º 2 do presente artigo.
4. Os preços constantes da proposta não incluem IVA e devem ser indicados em euros, por extenso e em algarismos, com o máximo de duas casas decimais.
5. O preço base mencionado no número 2 foi determinado em função da ponderação dos valores obtidos através de consulta preliminar ao mercado, realizada ao abrigo do disposto no artigo 35.º-A do CCP.
6. A informação pertinente resultante da consulta preliminar ao mercado referida no número anterior será, caso seja expressamente solicitada, disponibilizada a todos os concorrentes do procedimento, o que ocorrerá após o termo do prazo para a apresentação das propostas, de acordo com a orientação técnica n.º 04/CCP/2019, datada de 11/07/2019 do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC).

Cláusula 5.ª- Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a. Realização de Estudos económico-financeiros, com entrega de dois relatórios (preliminar e final), que se destinam a instruir os procedimentos de formação de contratos públicos a celebrar pelo Município, quer nos outros procedimentos em que se torne necessário recorrer aos mesmos, nos termos melhor descritos nas especificações técnicas;
 - b. Tendo em consideração a complexidade dos estudos económicos a realizar e, bem assim, os prazos concedidos para o efeito, constitui obrigação do adjudicatário recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à boa e atempada prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

2. O prestador de serviços deve garantir as condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções na Autarquia, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.
3. Obriga-se também o prestador de serviços a possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

Cláusula 6.ª- Objeto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Vila Nova de Gaia, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª- Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.ª- Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vila Nova de Gaia deve pagar ao prestador de serviço o preço unitário constante da proposta adjudicada, multiplicado pelo número de horas efetivamente despendidas pelo adjudicatário no cumprimento das suas obrigações contratuais, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os inerentes à prestação de serviços objeto do contrato para o respetivo local de prestação, bem

como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3. Apenas serão devidos ao adjudicatário os valores correspondentes aos serviços efetivamente prestados junto da Entidade Adjudicante, os quais serão encomendados, ao abrigo do presente contrato, à medida das suas necessidades.
4. Sempre que a Entidade Adjudicante pretender adquirir os serviços objeto do presente contrato, o Gestor do contrato enviará ao adjudicatário um pedido de estimativa de horas a despendar, o qual não poderá exceder (quer isoladamente, quer em cumulação com estimativas anteriormente solicitadas ao abrigo do presente contrato) o valor previsto no número 1 da Cláusula 4.ª do presente Caderno de Encargos.
5. A entrega da estimativa referida no número anterior deve ser realizada, pelo adjudicatário, no prazo máximo de 72 horas.
6. Caso a referida estimativa venha a merecer a aprovação expressa do Gestor do contrato, este deverá comunicar ao adjudicatário a aceitação da mesma.
7. Não haverá, em qualquer caso, lugar à revisão de preços.

Cláusula 9.ª- Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Vila Nova de Gaia, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção, pelo Município de Vila Nova de Gaia, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida no último dia de cada mês, por referência ao número de horas efetivamente prestadas.
3. Para efeitos de faturação, o prestador de serviços deve proceder ao envio de um relatório de horas, onde constam as horas efetivamente realizadas do mês a que corresponde.
4. Em caso de discordância por parte do Município de Vila Nova de Gaia, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no número 1, as faturas são pagas por transferência bancária para a Instituição de crédito indicada pelo prestador de serviços ou através de emissão de cheque.
6. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento de obrigações pecuniárias, tem o contraente direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legal fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos do artigo 326.º do CCP.
7. As faturas, a emitir em nome do Município de Vila Nova de Gaia com o NIF: 505.335.018, sito na Rua Álvares Cabral, 4400-017 Vila Nova de Gaia, devem conter a referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, devem especificar o n.º da encomenda e o respetivo número

sequencial de compromisso.

8. As faturas devem, obrigatoriamente, ser remetidas eletronicamente, através do endereço de correio eletrónico faturas@cm-gaia.pt , devendo o respetivo email conter, em anexo, um ficheiro PDF assinado e um ficheiro XML no formato UBL 2.1 (modelo CIUS-PT, preferencialmente) **ou em alternativa** por correio eletrónico para o endereço gam@cm-gaia.pt (devendo ser arquivado o original que poderá, posteriormente ser solicitado pelo Município), até que a Entidade Adjudicante avise que já não deverão optar por esta 2ª via.
- Ressalva-se que não deverão ser remetidas simultaneamente faturas pelas duas vias.

Cláusula 10.ª- Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Vila Nova de Gaia pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. Pelo incumprimento de qualquer um dos prazos de execução e dos níveis de serviço fixados a entidade adjudicante pode aplicar ao adjudicatário uma pena pecuniária até 1% do valor do contrato, por dia de atraso.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Vila Nova de Gaia tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
4. O Município de Vila Nova de Gaia pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Vila Nova de Gaia exija uma indemnização, nos termos gerais.

Cláusula 11.ª- Resolução do contrato

1. O contrato pode ser resolvido por qualquer das partes em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposo por uma das Partes das obrigações por si assumidas no contrato, nos termos gerais de Direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a Parte não culposa comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito.

3. O contrato pode também ser resolvido através do Município de Vila Nova de Gaia caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já entendidas como situações de incumprimento grave e culposo por parte do prestador dos serviços:
 - a. Quando não se verificar a disponibilização dos serviços acordados nas datas fixadas pelas partes, por causa direta e exclusivamente imputável ao prestador dos serviços;
 - b. Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do prestador dos serviços;
 - c. Prestação de falsas declarações;
 - d. Estado de falência ou insolvência;
 - e. Cessação da atividade;
 - f. Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do prestador de serviços e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
4. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao prestador de serviços.
5. O prestador de serviços pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP.
6. O contraente público pode ainda resolver o contrato, a título sancionatório, nos casos de incumprimento do cocontratante previsto no artigo 333º, por razões de interesse público nos termos do artigo 334º e ainda por alteração anormal e imprevisível de acordo o disposto no artigo 335º do CCP.

PARTE II Condições de Execução do Contrato

Cláusula 12ª - Conformidade da prestação dos serviços

1. Os serviços objeto do contrato devem ser prestados de acordo com as cláusulas técnicas anexas ao presente caderno de encargos.
2. Sempre que solicitado, o prestador de serviços obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, os relatórios periódicos dos trabalhos e todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionalidade daqueles.
3. São da responsabilidade do prestador de serviços objeto do contrato todas as despesas e custos com transporte inerentes à prestação de serviço.

Cláusula 13.ª - Patentes, licenças e marcas registadas

1. Os contraentes garantem que respeitam as normas relativas à propriedade intelectual e industrial, designadamente, direitos de autor, licenças, patentes e marcas registadas,

relacionadas com o hardware, software e documentação técnica que utilizam no desenvolvimento da sua atividade.

2. O Município de Vila Nova de Gaia não assume qualquer responsabilidade por Infrações cometidas pelo prestador dos serviços, no âmbito da execução do contrato, relativamente a direitos de propriedade intelectual e industrial, relacionados com o hardware, software e documentação técnica por este utilizado, cujos direitos e autorizações legais para o efeito devam por ele ser assegurados.

Cláusula 14.^a - Proteção de dados pessoais

1. Todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação se considerarem que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados constante do diploma n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/04/2016.
2. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, a reclamação referida no número anterior é apresentada a uma autoridade de controlo, em especial no Estado-Membro da residência habitual do titular dos dados, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração.
3. O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

PARTE III – Disposições Finais

Cláusula 15.^a- Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 16.^a- Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 17.ª- Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 18.ª Produção de efeitos

Nos termos do artigo 127.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato produz efeitos na data da sua publicitação no portal da Internet dedicado aos contratos públicos.

Cláusula 19.ª- Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos e demais legislação portuguesa aplicável.

PARTE IV – Especificações Técnicas

Cláusula 20ª – Âmbito da prestação de serviços

Pretende-se a elaboração de estudos económico-financeiros que se destinam a instruir procedimentos de formação de contrato públicos a celebrar pelo Município.

Cláusula 21ª – Tipologia de estudos de viabilidade económico-financeira solicitados

1 – Para procedimentos em que o valor do contrato for igual ou superior a € 5.000.000,00 (cinco milhões de euros) ou, no caso de parceria para a inovação, a € 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil euros), os estudos de viabilidade económico-financeira devem basear-se numa avaliação de custo-benefício e devem conter, quando aplicável:

- a) A identificação do tipo de beneficiários do contrato a celebrar;
- b) A taxa prevista de utilização da infraestrutura, serviço ou bem;
- c) A análise da rentabilidade;
- d) Os custos de manutenção;
- e) A avaliação dos riscos potenciais e formas de mitigação dos mesmos;
- f) O impacto previsível para a melhoria da organização;
- g) O impacto previsível no desenvolvimento ou na reconversão do país ou da região coberta pelo investimento.

2 – Os estudos de viabilidade económico-financeira que visem fundamentar a celebração de contratos de concessão de obras públicas ou concessão de serviços públicos ou, ainda, de exploração de bens do domínio público, devem englobar:

- a) definição fundamentada do valor do contrato, do preço base e do valor da caução;
- b) definição fundamentada do prazo contratual;
- c) indicação da matriz de risco no que à sua partilha respeita;
- d) fundamentação e demonstração da viabilidade económico-financeira do projeto;
- e) fundamentos para eventuais modificações contratuais ou de reposição do equilíbrio financeiro;
- f) definição dos indicadores de acompanhamento e avaliação de desempenho do concessionário;
- g) cumprimento de demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

3 – Podem vir a ser solicitados estudos necessários no âmbito da criação e implementação de uma Central de Compras Eletrónicas do Município.

4 – A elaboração de Estudos económico-financeiros solicitados pelo Município de Vila Nova de Gaia implicam a entrega de dois relatórios, preliminar e final.

5 – No âmbito de cada estudo a elaborar, a entrega do relatório preliminar está dependente da entrega de toda a documentação necessária a disponibilizar pela entidade adjudicante, a qual será indicada pelo prestador, nos primeiros 5 dias após contacto do Município.

6 – Após indicação, pelo prestador, dos elementos necessários à elaboração de estudo, o Município deve proceder à recolha e envio dos mesmos no prazo máximo de 20 dias.

7 – O Relatório Preliminar de cada estudo deve incorporar os contributos por parte do Município e deverá ser entregue no prazo máximo de 20 dias após a disponibilização de toda a informação essencial por parte do Município.

8 – O relatório final será entregue até 15 dias após a validação e/ou comentários finais ao relatório preliminar por parte da entidade adjudicante.

9 – A prestação do serviço considera-se concluída com a entrega do Relatório Final, a submeter sempre após a validação por parte do Município contendo os comentários finais do Contraente Público.

Cláusula 22ª – Equipa a alocar à prestação de serviços

Tendo em consideração a complexidade dos estudos económicos a realizar e, bem assim, os prazos concedidos para o efeito, constitui obrigação do adjudicatário recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à boa e atempada prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.